

Resolução Conama nº 3, de 16 de março de 1988

O Conselho Nacional do Meio Ambiente — Conama, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 48, do Decreto 88.351,¹ de 1º de junho de 1983, resolve:

Art. 1º. As entidades civis com finalidades ambientalistas, poderão participar na fiscalização de Reservas Ecológicas, Públicas ou Privadas, Áreas de Proteção Ambiental, Estações Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, outras Unidades de Conservação e demais Áreas protegidas.

Art. 2º. A participação na fiscalização, prevista nesta Resolução será feita mediante a constituição de Mutirões Ambientais, integrados no mínimo por três pessoas credenciadas por Órgão Ambiental competente.

§ 1º. Para maior proteção de seus participantes, a entidade responsável pelo Mutirão Ambiental poderá solicitar a presença e o acompanhamento de pelo menos um servidor pertencente a uma corporação policial.

§ 2º. Se não for atendida a solicitação prevista no parágrafo anterior, nesse caso a realização do Mutirão Ambiental será efetuada apenas se houver a participação mínima de 05 (cinco) pessoas.

§ 3º. Sempre que possível o Mutirão Ambiental contará com a participação de servidor público com experiência em fiscalização, de médico ou de pessoa com experiência no campo de assistência social.

§ 4º. Para o credenciamento, a autoridade ambiental competente deverá instruir os participantes do Mutirão Ambiental, sobre os aspectos técnicos, legais e administrativos, fornecendo-lhes inclusive identificação.

Art. 3º. Os participantes do Mutirão Ambiental, quando encontrarem infrações à legislação, lavrarão autos de constatação, circunstanciados, devidamente assinados pelos presentes sobre as ocorrências verificadas.

§ 1º. O auto de constatação será enviado à entidade credenciadora do Mutirão Ambiental, para aplicação da legislação, devendo quando couber, ser encaminhado ao Ministério Público.

¹ O Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983 foi revogado pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990.
• Vide Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Tema 9: "Proteção ao Meio Ambiente", pág. 1188.

§ 2º. Se as autoridades locais não se pronunciarem sobre os autos de constatação, caberá aos órgãos federais competentes atuar em caráter supletivo.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Alves Filho
Presidente

(DOU de 16.11.88)